

-----ATA NÚMERO 47/2014-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM ONZE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E
CATORZE.**-----

-----Aos onze dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Domingos Manuel Martins Rodrigues, Dr. Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e Eng. João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente o Dr. Ilidio Américo Silva, diretor do Departamento de Contratação Pública.-----

---Presentes, ainda, os Senhores Dr. Luis Miguel Castro Rosa e Ênio Dionísio Vieira Martins, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Senhores Vereadores José Manuel de Sousa Rodrigues, do CDS/PP e Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade, da CDU, respetivamente.-----

---Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a

reunião.-----

AUSÊNCIAS: - Verificou-se não estarem presentes os Senhores Vereadores José Manuel de Sousa Rodrigues e Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade, cujas faltas foram justificadas pelo Senhor Presidente.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO: - Iniciando este período, o Senhor Presidente, e sobre a estratégia a tomar em relação à Zona Velha da Cidade, disse que a Autarquia está, nesta altura, em fase de ordenamento do comércio tradicional. O que está indicado para aquela zona é a reabilitação do edificado, a dinamização económica local e a promoção do bem-estar social. Para que esses objetivos sejam concretizados já foram auscultados os moradores a fim de opinarem sobre o assunto, faltando fazê-lo com os comerciantes e a ACIF, devendo, posteriormente, ser efetuada uma reunião conjunta entre moradores/comerciantes, referindo que o Município além de possuir um papel fiscalizador também é mediador.-----

---No que respeita ao problema recorrente do ruído, objeto de muitas queixas, disse que o mesmo tem diversas fontes. Existe dentro e fora dos estabelecimentos e ainda o provocado pelos equipamentos.-----

---Relativamente à questão da segurança fez referência ao estacionamento abusivo, impossibilitando, em caso de acidente, uma eficaz e rápida intervenção dos meios de socorro, incluindo a Proteção Civil.-----

---Referiu-se ainda à proliferação de esplanadas e painéis publicitários, dificultando a mobilidade das pessoas que por ali circulam.-----

---Finalizando defendeu a necessidade de haver uma reunião com outras entidades para concertar esforços na atuação adequada, designadamente com a Policia de Segurança Pública, reconhecendo que essa concentração de esforços deve ainda passar pelos moradores, comerciantes e fiscalização Municipal.-----

----- - Tomando a palavra, e no seguimento da intervenção do Senhor Presidente, o Senhor Vereador do PSD, Paulo Atougua, fez referência às inscrições executadas nalguns prédios na Zona Velha da Cidade, dando-lhes um aspeto desfigurante, sugerindo que fossem removidas, contribuindo para a dignificação dos mesmos e da própria zona.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou em que ponto está a situação do PDM e qual a estratégia do Executivo para a sua revisão.-----

----- - Respondendo, o Senhor Vereador da Mudança, Domingos Rodrigues, disse que houvera uma reunião na passada semana e que, neste momento, o consórcio adjudicatário está analisando o relatório ficando a Câmara a aguardar uma resposta. Sobre a

estratégia, disse ser sempre a mesma. Foi feita uma análise interna pelos serviços da Autarquia, e enviada ao consórcio e o que foi discutido é relacionado com o cumprimento do contrato.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, interveio, dizendo que se foi elaborada uma análise/relatório, remetido ao consórcio, pretendia saber o conteúdo desse documento.-----

-----Continuando disse que, em fevereiro do ano em curso, foi referida a apresentação duma proposta, mas chegados a dezembro nada foi divulgado. O que pretende saber, sem contornar as respostas, é o ponto atual da situação. Lembrou que fora dito, que haveria um retrocesso antes de ser submetido a audição pública e só depois seguiria para esta fase.-----

----- - Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, disse esperar uma resposta simples questionando se se manterá o que está atualmente ou haverá recuo como tem sido afirmado, e se o projeto vai ter continuidade ou será alterado.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Presidente, esclareceu que foi efetuada uma exposição e proposta, ao consórcio, relativa a iniciativas, colóquios e algumas temáticas sobre o PDM. Essa adenda implicaria custos adicionais não sendo aceite pela Autarquia. “O que faremos é cumprir com o contrato”, acrescentou.-----

----- - Relativamente ao PDM, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, interveio dizendo: “Temos de considerar três momentos

distintos, o da análise do que está feito e a verificação que certos itens ainda não foram executados; o que tem a ver com o Parecer da Comissão de Acompanhamento, e as questões jurídicas inerentes; e o terceiro que é o processo que achamos dever ser discutido, ainda antes da discussão pública”.

----- - O Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, retomando a palavra, perguntou se essa discussão é uma fase do PDM, ou já a discussão pública.

---Relativamente ao Projeto/Plano questionou se é para manter ou se ainda será alterado.

---Por fim solicitou que lhe fosse entregue o relatório interno dos serviços, referido na resposta do Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança.

----- - O Senhor Presidente, a este propósito, disse nada haver de concreto, estando tudo a ser objeto de análise em articulação com o consórcio.

----- - Retomando a palavra, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, e relativamente a uma questão colocada pelo Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, referente à previsão para a conclusão do PDM, disse que fora enviado um cronograma de trabalhos ao consórcio, estando a Câmara a aguardar, e só aí se poderá dar uma resposta concreta.

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, sobre esta questão, referiu-se da seguinte forma: “Depois das explicações que foram dadas, concluo que, finalmente sabemos que está tudo na

mesma. Um ano e dois meses depois aguardamos, ainda, o cronograma de trabalhos”.

--- - Intervindo, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, colocou dois assuntos.

---O primeiro refere-se ao estacionamento na via pública com dísticos de “deficiente”, questionando se a fiscalização tem dado especial atenção ao seu uso indevido, bem como o número de lugares e localização.

---O segundo é respeitante ao Orçamento Participativo, no que se refere à sugestão dada ao Executivo por considerar no relatório de monitorização, alguns itens tais como: idade, sexo, freguesia de residência, habilitações literárias e o de apurar se o participante estava na reunião pela primeira vez ou não. A este propósito perguntou se está elaborado e em caso afirmativo pediu para o consultar.

----- - O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, respondeu que o Orçamento Participativo encontra-se numa fase intermédia e o prestador de serviços para esta área, está na posse de documentos para elaboração desse relatório, que será público quando estiver concluído.

----- - Usando da palavra, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, e em relação aos lugares para “deficientes”, disse serem aproximadamente trinta (30), no centro da cidade. Será entregue um mapa, com a sua localização, à Senhora Vereadora Vanda de Jesus, uma vez que a mesma referiu não ter acesso ao

GeoFunchal, devido ao equipamento informático desatualizado que dispõem no gabinete concedido aos Vereadores do PSD.-----

----- - Sobre a mesma questão, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira referiu: “Nos estacionamentos para “deficientes” é fácil ludibriar a fiscalização porque o dístico é formalmente transmissível, não tendo a matrícula do carro. O regime dos mesmos é que só permite estacionar em lugar de “deficientes”, se acompanhado de um. Por exemplo, se leva um filho normal à escola não tem o direito de estacionar nesses lugares, ao contrário de um que seja portador de deficiência. É um problema clássico e tudo irá depender da pessoa que o usa e da sua cultura de responsabilidade”.-----

----- - O Senhor Vereador do CDS/PP, Luis Miguel Rosa, interveio alertando para o problema da falta de água de consumo, na zona das Cruzes, Penteada e também em certos sítios da freguesia de Santo António, questionando se já houvera reclamações, e se o mesmo teria como consequência a realização de obras. Gostaria ainda de ser informado se já fora reposta a normalidade no fornecimento, acrescentando que obtivera informação, através de alguns munícipes, que o serviço do piquete de águas não trabalha a partir de uma certa hora.-----

-----Respondendo, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, referiu que já foi reposta a distribuição de água em todos os locais indicados e que a origem do corte deveu-se à reposição/obras na rede. Confirmou que o piquete, efetivamente, está disponível até às

00h00, e entre as 00h00 e as 08h00 está ligado aos Bombeiros Municipais.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, disse que a situação descrita pela Senhora Vice-Presidente, já está estabelecida há muito tempo, porque não se justificava para uma boa gestão de recursos humanos, manter o piquete vinte e quatro horas por dia, não só porque a melhoria da rede contribuiu para que houvesse menos ruturas, como a intervenção do piquete era residual entre as horas referidas. Estando os Bombeiros disponíveis vinte e quatro horas, passou-se para eles a resolução de eventuais situações nesse período.-----

----- - Pedindo a palavra, o Senhor Vereador da Mudança, Miguel Gouveia, acrescentou que com a implementação da telegestão de rede, processo esse já com alguns anos, o sistema permite que os funcionários afetos ao serviço do piquete recebam um alerta por sms podendo cancelar o fornecimento de água nesse intervalo das 00h00 às 08h00, evitando perdas da mesma.-----

----- - Retomando a palavra, o Senhor Vereador Luis Miguel Rosa, do CDS/PP, discorreu sobre a problemática da recolha de lixo nos feriados, exemplificando com as zonas da Nazaré, baixa do Funchal e parte da freguesia de Santo Antonio, onde não houve recolha na última segunda-feira, feriado nacional.-----

-----Terminou a sua intervenção, referindo-se à possibilidade de repavimentação, em vez do tradicional “tapa buracos”, do troço entre a “Casa Madeirense” e o Lido, na Estrada Monumental, que,

em sua opinião, deverá merecer uma intervenção.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, e sobre a questão da recolha de lixo no dia feriado, disse achar estranho a referida falha, atendendo a que os serviços cumprem os circuitos de recolha também nesses dias, e que mandará averiguar esta situação.-----

-----Sobre a repavimentação no troço da Estrada Monumental, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, referiu que este tipo de obras terá um custo demasiado elevado. A política atual é de não executar obras de repavimentação, exceto em situações comprovadamente necessárias e urgentes.-----

----- - O Senhor Presidente, completando a resposta dada pelo Senhor Vereador Miguel Gouveia, disse que não haverá nenhuma intervenção enquanto não se decidir sobre o aumento/continuação da ciclovia naquela zona.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador Ênio Martins, da CDU, tendo em conta as notícias veiculadas na comunicação social e a contestação por parte dos comerciantes e moradores, questionou a razão do encerramento parcial da Rua Nova de São Pedro.-----

-----De seguida, e em relação às palmeiras da Avenida do Mar, disse ter conhecimento de que algumas delas estariam a ser afetadas pelo escaravelho, e que há já largos meses que não são submetidas a qualquer tipo de tratamento.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, esclareceu

que o encerramento parcial da Rua Nova de São Pedro foi consequência dum pedido efetuado pelos comerciantes da zona, e que a contestação surge de quem aí estacionava, e não dos moradores da rua, que segundo informação, só um, possui viatura.-----

---Quanto à questão do tratamento das palmeiras disse que, efetivamente deixaram de ser realizados, atendendo ao elevado custo e ao baixo sucesso dos mesmos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – ESTRUTURA ORGÂNICA:-----

----- - **Proposta de Redefinição da Estrutura Organizacional do Município do Funchal:** - O Senhor Presidente procedeu à apresentação do novo Modelo de Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Nuclear, referindo que a opção tomada foi de descentralizar, ao máximo, as competências, sendo que os objetivos a atingir com esta nova estrutura são: maximizar os recursos; clarificar algumas competências constantes na orgânica vigente e obter uma maior eficiência dos serviços.-----

---Acrescentou de seguida: “Com esta nova estrutura, tentamos esgotar o número máximo de unidades orgânicas permitido pela Lei número 49/2012, de 29 de agosto”.-----

-----Intervindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, começou por referir que, mais uma vez, lamentava o incumprimento, reiterado,

do Regimento da Câmara relativamente ao prazo mínimo para o envio da agenda e respetiva documentação para apreciação por parte dos vereadores. E, tratando-se de documentos tão importantes como aqueles que hoje serão apreciados, o seu envio tardio impossibilitou que pudesse ser feita uma adequada análise dos mesmos.-----

---Perante tal impossibilidade, a posição do PSD, relativamente a este ponto da agenda, só pode merecer voto de abstenção reservando para a Assembleia Municipal, a colocação das questões que na Câmara deveria ter lugar.-----

---Disse ainda, este mesmo Vereador, discordar das razões apresentadas pelo Senhor Presidente para, só agora, apresentar esta proposta de alteração.-----

---Em sua opinião, se há algo que se deve fazer no início dum mandato, é adaptar os serviços à nova visão que se pretende implementar. “Este hiato temporal só revela que esta Câmara não tinha, à data da tomada de posse, qualquer visão nem conhecimento do funcionamento dos serviços”, acrescentou.-----

-----Tomando a palavra, o Senhor Presidente, disse: “A nossa atitude, enquanto Órgão Executivo desta Câmara é de responsabilidade. Por essa razão, optamos por não nos precipitarmos a elaborar uma reestruturação dos serviços sem possuímos o devido conhecimento do seu funcionamento. Por essa razão, adotamos uma postura de trabalho que decorreu até ao momento. É nesta altura que é apresentada a proposta de

reestruturação pois, só agora, sentimos ter a maturidade e o conhecimento necessários para a sua execução”.-----

-----O Senhor Vereador, do PSD, João Rodrigues, intervindo, solicitou vários esclarecimentos em relação à proposta da nova Estrutura Nuclear dos Serviços do Município do Funchal e às competências atribuídas a alguns Departamentos, designadamente ao Departamento de Ordenamento do Território (DOT) e ao Departamento Jurídico e de Fiscalização.-----

---Referindo-se ao Departamento de Ordenamento do Território disse que a competência para o licenciamento das operações urbanísticas não se encontrava expressa em nenhuma das alíneas do ponto quatro (4).-----

-----Respondendo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, esclareceu que essa competência será devidamente enquadrada no âmbito da Estrutura Flexível.-----

---Continuando, o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, disse que constataria, também, que não estava consagrada a competência para a cobrança de taxas. Considera que há competências essenciais que deveriam ter consignação expressa ao nível da Estrutura Nuclear.-----

---Perguntou, de seguida, se a Câmara já tinha alguma ideia relativamente à organização espacial dos Departamentos que passarão a agregar novos serviços, referindo que lhe suscitava muitas dúvidas a articulação entre o Departamento de Ordenamento do Território e o Departamento Jurídico e de

Fiscalização. Manifestou algum receio acerca do bom funcionamento da fiscalização, tal como se encontra concebida nesta nova Estrutura.-----

-----Intervindo, o Senhor Vereador da Mudança, Miguel Gouveia, disse que assim que terminada a reestruturação orgânica haverá, necessariamente, em algumas situações, mobilidade dos trabalhadores, os quais serão afetos aos departamentos que abarcarão as funções que estes mesmos trabalhadores, atualmente, exercem nos serviços onde se encontram. -----

-----Usando, novamente, da palavra o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, questionou em que Departamento se inseriria o Serviço de Informação Geográfica.-----

-----Respondendo, o Senhor Presidente disse que dada a importância e transversalidade do trabalho produzido por aquele serviço, ferramenta de estudo para muitas áreas, parte das competências que atualmente lhe estão atribuídas, transitarão para uma unidade flexível, criada especificamente para o efeito e que ficará na dependência direta da Presidência.-----

-----Finalizando a sua intervenção, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, disse que também lamentava o envio tardio da agenda e respetiva documentação, situação que o impossibilitou de proceder a uma análise adequada do documento em discussão e a uma melhor prestação da sua parte. Referiu, ainda, que compreendia que só agora a Câmara tivesse avançado com esta proposta de reestruturação dos Serviços Municipais, por ter sentido

a necessidade de, previamente, conhecer melhor o funcionamento dos serviços.-----

---O Senhor Vereador Luis Miguel Rosa, do CDS/PP, sobre o mesmo assunto, referiu que sendo este documento uma opção de quem gere a Autarquia, refletindo as suas opções e, por não possuir o devido conhecimento do funcionamento interno dos serviços, tal como o PSD ou a Coligação, não poderá opinar se as alterações, ora propostas, são melhores ou piores que as existentes. Que, também, deixa a discussão deste documento para o local próprio, a Assembleia Municipal, pelo que, a sua posição é de abstenção.-----

-----Por sua vez, o Senhor Vereador Énio Martins, da CDU, também opta pela abstenção pelo facto de não ter tido tempo para uma correta análise do documento, deixando, igualmente, a apresentação de eventuais questões para a sessão da Assembleia Municipal.-----

--- - Assim, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea m) do número um do artigo vinte e cinco, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a Proposta de Redefinição da Estrutura Organizacional do Município do Funchal, de acordo com a deliberação apresentada. A referida proposta fica, por fotocópia, a fazer parte integrante desta ata como anexo (A).-----

2 – REVISÃO ORÇAMENTAL:-----

----- - **2ª Revisão ao Orçamento de 2014:** - Subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro, Miguel Gouveia, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte deliberação, a submeter à Assembleia Municipal:-----

---“Na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 21 de fevereiro de 2014 foi aprovado, por unanimidade, um empréstimo de curto prazo no valor de 3,5M€ para fazer face a dificuldades de tesouraria. Considerando que no exercício de 2014 não se revelou necessário o recurso àquele financiamento, importa efetuar as respetivas correções orçamentais. Assim, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propomos submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a 2ª Revisão ao Orçamento de 2014, nos termos do documento anexo”.-----

3 – PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:-----

----- - **Prestação de serviço de “verificação, diagnóstico e calibração de alcotest” – parecer prévio:** - Perante o respetivo processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de “Verificação, diagnóstico e calibração de alcotest”, com Secufogo, Engenharia de Segurança. Lda., no valor de € 606,24 (seiscentos e seis euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido de IVA.-----

----- - **Prestação de serviço de “Ação de Formação aos Bombeiros Municipais do Funchal” – parecer prévio:** - A

Câmara deliberou, por unanimidade, em face do respetivo processo (I-12456/14) dar parecer prévio favorável à celebração de contrato de prestação de serviços acima referenciada, com a Escola Nacional de Bombeiros, no valor de € 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos euros), acrescido de IVA.-----

----- - **Prestação de serviço de “Ação de Formação aos Bombeiros Municipais do Funchal” – parecer prévio:** - Em face do respetivo processo (I-12454/14), foi unanimemente deliberado, dar parecer prévio favorável à celebração de contrato de prestação de serviços de “Ação de Formação aos Bombeiros Municipais do Funchal”, com a Escola Nacional de Bombeiros, no valor de € 25.000,00 (vinte cinco mil e quinhentos euros), acrescido de IVA.---

4 – URBANISMO:-----

-----**4.1 – Loteamento:** - Em presença do processo apresentado por Maria Lurdes de Freitas e outros (procº 46502/14, sub-procº 2014000352), solicitando a alteração dos parâmetros urbanísticos do lote dois do alvará de loteamento número três/dois mil e cinco, situado ao Caminho das Voltas, Bom Sucesso, freguesia de Santa Maria Maior, a Câmara tomou, por unanimidade, a seguinte deliberação: - “Deferido a proposta de alteração do alvará de loteamento nº 03/2005, por se enquadrar nos parâmetros urbanísticos da Zona Habitacional a recuperar, onde se insere o loteamento e por ter terminado o prazo de pronúncia nos termos, do disposto no artigo nº 27 do RJEU, havendo apenas a declaração de oposição da proprietária do lote nº 3 em contraponto com as

autorizações dos restantes proprietários dos lotes que constituem o loteamento. Assim sendo, é deliberado alterar os parâmetros urbanísticos aplicáveis ao lote nº 2 do alvará de loteamento referido, nos seguintes termos: Área do lote nº 2 – 759.10 m²; Índice de Implantação máximo – 0.15; Índice de Construção máximo – 0.30; Tipologia admitida – Moradia Unifamiliar; Cércea máxima – 7.00m; Cota de soleira – 88.70 (conforme definido no alvará); Percentagem máxima de solo impermeabilizado no logradouro – 20%”.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento de Contratação Pública, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 332/14, publicada nos locais de estilo.